

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto é apresentado o relatório referente ao 2.º trimestre de 2017.

O relatório está estruturado de modo a que se obtenha, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 2.º trimestre de 2017 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Comparação do orçamento vs execução 2.º trimestre de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsto	Real	Desvio
Vendas e serviços prestados	1 506 263,86	1 551 910,38	45 646,52
Subsidio à exploração	0,00	768,44	768,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-81 598,79	-76 763,47	4 835,32
Fornecimentos e serviços externos	-987 532,21	-922 380,97	65 151,24
Gastos com pessoal	-164 511,52	-166 179,33	-1 667,81
Provisões	-73 150,00	-5 700,00	67 450,00
Outros rendimentos	160 450,70	44 702,12	-115 748,58
Outros gastos	-108 762,18	-86 439,41	22 322,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	251 159,86	339 917,76	88 757,90
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-210 303,60	-170 178,68	40 124,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	40 856,27	169 739,08	128 882,81
Juros e gastos similares suportados	-941,08	-587,87	353,21
Resultado antes de impostos	39 915,19	169 151,21	129 236,02
Impostos sobre o rendimento do período	-8 980,92	-40 038,72	-31 057,80
Resultado líquido do período	30 934,27	129 112,49	98 178,22

Analisando comparativamente as rubricas dos Rendimentos verifica-se que foram orçamentados para o período em análise 1.666.714,66 € e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu 1.597.380,94 €, existindo um decréscimo de 69.333,62 €. Convém referir antes da análise rubrica a rubrica que a Taxa de Gestão de Resíduos foi orçamentada em

Outros Rendimentos e à data atual está a ser registada na rubrica de Prestações de Serviços (como será possível verificar no mapa de detalhe das Vendas e Prestações de serviços). Este entendimento foi comunicado por parte da Agência Portuguesa do Ambiente de modo a que se apure em qualquer momento qual o montante da TGR cujo pagamento foi realizado e para maior controlo face aos resíduos tratados.

Para o 2.º trimestre de 2017 estavam orçamentados 349.512 € de Vendas e apenas se registaram 300.623 €, existindo um decréscimo de 48.889 €, por um lado pelo decréscimo de 7.385 € na venda de energia à EDP e por outro pelo decréscimo em 41.505 € na Venda de material reciclável dado que o valor por tonelada pago pelo encaminhamento de plástico para reciclar diminui 145,60 €/tonelada, desde o início de 2017.

No quadro seguinte pode-se verificar a situação das vendas e prestações de serviços neste trimestre quando comparado com o orçamentado para o 2º trimestre de 2017:

Detalhe das Vendas e Prestações de Serviços	Orçamentado	Realizado	Desvio
<u>Vendas</u>	349 512 €	300 623 €	-48 889 €
Venda de energia	69 493 €	62 108 €	-7 385 €
Material reciclavel	280 019 €	238 514 €	-41 505 €
<u>Prestações de Serviços</u>	1 257 837 €	1 251 288 €	-6 549 €
RSU Indiferenciado	1 155 253 €	1 170 242 €	14 989 €
Recolha de vidrões	1 499 €	1 271 €	-228 €
Taxa de Gestão de Resíduos	101 085 €	79 775 €	-21 310 €

As prestações de serviços apresentam um decréscimo de 6.549 €, tendo o principal desvio ocorrido na rubrica da Taxa de Gestão de Resíduos, uma vez que a incidência desta Taxa foi orçamentada sobre 50% dos resíduos entregues para tratamento e até ao período em análise, a incidência foi sobre 40% dos resíduos, à semelhança do que aconteceu em 2016. Quanto à recolha de vidrões também apresenta um decréscimo de 228 €.

A rubrica de RSU indiferenciado que corresponde aos resíduos indiferenciados entregues pelos Municípios para tratamento apresenta um acréscimo de 14.989 €, tendo-se verificado o aumento de resíduos face ao orçamentado em 375 toneladas.

A rubrica de subsídios à exploração refere-se a uma tranche do estágio PEPAL que terminou em maio de 2016, no entanto os montantes de comparticipação só serão conhecidos aquando do fecho da candidatura, que ainda está em análise.

Os Outros Rendimentos apresentam um decréscimo de 21.310 €, este desvio justifica-se porque foram orçamentados juros de depósitos a prazo com taxas um pouco superiores ao que se tem verificado. Por outro lado, também foi orçamentado o recebimento de juros de mora por parte dos Municípios devedores, o que na realidade não se verificou. Esta rubrica foi também orçamentada com a Taxa de Gestão de Resíduos a debitar aos Municípios, mas, no decorrer do trimestre anterior e por indicação da Agência Portuguesa do Ambiente a TGR voltou a ser debitada mensalmente e assim optou-se por continuar a registar os seus valores na rubrica de Prestações de Serviços.

Quanto aos gastos estavam orçamentados 1.626.799,37 € para o 2.º trimestre de 2017 e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu a 1.428.229,73 €, o que evidencia um decréscimo de 198.569,64 €.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um decréscimo de 4.835,33 € face ao orçamentado, esta diminuição deriva da aquisição de tampas de plástico que estava orçamentada em 24.516,96 € e na realidade ascendeu a 14.434,28 €, em relação ao gasóleo houve um acréscimo de 5.247,19 € face ao orçamentado.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam um dos maiores decréscimos deste trimestre com um desvio de 65.151,23 € face ao orçamentado. No quadro seguinte podemos observar quais os principais desvios desta rubrica:

Descrição	Orçamentado	Real	Desvio
<u>Trabalhos Especializados:</u>			
Transporte e Tratamento de RSU	627 512,64	619 024,80	-8 487,84
Monitorização e Caracterização	2 799,12	577,50	-2 221,62
Tratamento de lixiviado	101 176,20	7 777,05	-93 399,15
Outros	112 358,82	143 828,13	31 469,31
Publicidade e Propaganda (Campanhas sensibilização)	1 564,02	3 169,04	1 605,02
Vigilância e Segurança	11 394,48	11 578,41	183,93
<u>Conservação e Reparação:</u>			
Equipamento Básico	11 737,08	17 120,13	5 383,05
Equipamento de Transporte	25 383,54	18 147,46	-7 236,08
Equipamento Administrativo	150,24	81,41	-68,83
Pneumáticos	9 410,70	16 821,98	7 411,28
Instalações	3 159,00	17 117,13	13 958,13
Ferramentas e Utensílios	2 219,88	790,96	-1 428,92
Material de escritório	4 777,38	2 783,20	-1 994,18
<u>Energia e Fluidos</u>			
Electricidade	22 805,16	13 348,81	-9 456,35
Combustíveis	1 738,44	2 462,12	723,68
Água	654,30	765,24	110,94
Óleos e lubrificantes	4 117,62	4 066,43	-51,19
Comparticipação Energia CVE	17 373,24	15 399,83	-1 973,41
Deslocações e Estadas	1 069,98	769,04	-300,94
<u>Rendas e Alugures</u>			
Imoveis	2 000,00	2 000,00	0,00
Equipamento	484,74	762,14	277,40
Viaturas	3 243,66	3 243,66	0,00
Comunicação	1 687,62	1 632,08	-55,54
Seguros	13 864,56	13 516,95	-347,61
Contencioso e Notariado	664,50	1 279,59	615,09
Limpeza Higiene e Conforto	2 386,00	2 490,09	104,09
Outros Serviços	1 799,28	1 827,79	28,51
TOTAL	987 532,20	922 380,97	-65 151,23

Da análise dos valores dos fornecimentos e serviços externos verifica-se um decréscimo de 65.151,23 €, o desvio que mais contribuiu para este decréscimo foi o tratamento de lixiviado que apresenta um decréscimo de 93.339,15 €, dado que as condições climáticas com pouca pluviosidade têm sido favoráveis, até ao momento não tem verificado necessidade de encaminhar o lixiviado para tratamento numa unidade exterior tendo sido o tratamento

realizado de acordo com o que se verificou ser necessário através da unidade de Osmose Inversa existente nas instalações.

Por outro lado os desvios que apresentam um acréscimo são os Outros Trabalhos Especializados, essencialmente devido ao aumento do trabalho temporário, através da contratação de mais funcionários e os gastos com a conservação e reparação de instalações com um acréscimo de 13.958,13 €, devido a reparações elétricas no PT, reparação e aferição de básculas, quer nas instalações de Raposa, quer nas estações de transferência de Coruche e Salvaterra de Magos.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um ligeiro acréscimo de 1.667,81€, uma vez que este valor foi calculado com base na média dos gastos do ano anterior, em que existiram algumas baixas quer médicas quer de seguro, o que sucedeu foi que os trabalhadores voltaram aos postos de trabalho e também porque houve a contratação de uma funcionária para a área de sensibilização ambiental e de uma cantoneiro que transitou do trabalho temporário, o que levou a um ligeiro aumento desta rubrica face ao orçamentado.

O orçamento prevê a constituição de uma provisão no valor de 73.150,00 €, em janeiro de 2017 para o processo judicial que decorre no Tribunal Judicial de Benavente (Processo n.º 814/11.6TBBNV), relativo ao terreno onde se situa a Estação de Transferência de Salvaterra de Magos. A Empresa optou, no entanto, por constituir a provisão em dezembro de 2016, dado que já tinha sido proferido o resultado da 1.ª perícia ao terreno e que a mesma aponta para o valor 1900 €/mensais e tendo em conta que o Município de Salvaterra de Magos também é réu no processo, considerou-se 50% do valor, ou seja, 950,00€/mensais desde agosto de 2010 até dezembro de 2016. Assim, neste trimestre apenas se verifica o reforço da Provisão em 5700 €, que corresponde aos 950 €/mensais de janeiro a junho de 2017, o que originou um desvio positivo de 67.450 €.

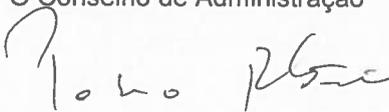
Os gastos de depreciação e amortização apresentam um decréscimo de 40.124,92 €, uma vez que estava orçamentado o investimento em ecopontos no valor de 390.000 € até março, no entanto o início do fornecimento só se iniciou em fevereiro, pelo que até ao momento ainda não é possível ter o impacto total das depreciações deste investimento em comparação com o orçamentado dado que até ao final deste trimestre só estava realizado o investimento no valor de 136.530,00 €. Entretanto, terminou a vida útil de determinados ativos e os que, entretanto, se realizaram são de baixo valor.

A rubrica outros gastos apresenta um decréscimo de 22.322,77 €, este desvio está relacionado com o calculo da Taxa de Gestão de Resíduos, que foi orçamentada incidindo sobre 50% das toneladas e o praticado no final deste trimestre foi sobre 40% das toneladas.

Assim, o Resultado Líquido do Período no 2.º trimestre de 2017 ascendeu a 129.112,49 €, evidenciando um acréscimo de 98.178,22 € face ao orçamentado, por via de decréscimos de gastos referentes aos fornecimentos e serviços externos e diminuição das provisões.

Almeirim, 28 de setembro de 2017

O Conselho de Administração



Paulo Sérgio

O CC (Alda Margarida Marques n.º 68.270)

